PerCursos
e-ISSN 1984-7246

A associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA) como aparelho privado de hegemonia e sua construção discursiva sobre o Ensino Médio no Brasil: interfaces epistêmicas com Portugal[i]

Jéferson Silveira Dantas
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis – SC, Brasil
lattes.cnpq.br/0384307191153492
orcid.org/0000-0002-1527-4077
jeferson.dantas@ufsc.br

@percursos_revista
/revpercursos

Para citar artigo:
DANTAS, Jéferson Silveira. A associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA) como aparelho privado de hegemonia e sua construção discursiva sobre o Ensino Médio no Brasil: interfaces epistêmicas com Portugal. **PerCursos**, Florianópolis, v. 27, e0504, 2026.

http://dx.doi.org/10.5965/19847246272026e0504

CC BY NC

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina | FAED Centro de Ciências Humanas e da Educação | PPGPLAN Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental

A associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA) como aparelho privado de hegemonia e sua construção discursiva sobre o Ensino Médio no Brasil: interfaces epistêmicas com Portugal

Resumo

Este artigo de cunho bibliográfico e documental se articulou com as leituras e problematizações realizadas sobre a presença dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) no campo educacional. Logo, a JEDUCA (Asso-ciação de Jornalistas de Educação) representa um dos braços dos vários APHs que vêm, sistematicamente, interferindo nos rumos formativos da Educação Básica, a partir de um discurso jornalístico homogeneizador conduzido pelo ideário empresarial. Tivemos como hipótese central a argumentação teórica de que a JEDUCA vem se constituindo, historicamente, como um importante APH aliançado aos Aparelhos Privados de Hege-monia Empresariais (APHe), atuando nos principais veículos da mídia corporativa hegemônica e contribuindo, efetivamente, para a construção de um consenso ativo entre docentes e discentes. Assim, algumas questões de pesquisa nos pareceram pertinentes: i. Como a JEDUCA vem atuando na construção de um consenso ativo entre docentes, discentes e as famílias dos/as estudantes sobre a homogeneização curricular na Educação Básica? ii. Quais são as estratégias discursivas ou angulagens jornalísticas da JEDUCA para a defesa do 'Novo' Ensino Médio e um/a trabalhador/a de 'novo tipo'? iii. Conceitualmente, a JEDUCA pode ser considerada um APH? iv. Associações como a JEDUCA existem em Portugal, ou seja, há grupos organizados de jornalistas espe-cializados em educação nas mídias impressa e eletrônica (plataformização digital)? v. Como o conceito de 'enquadramento' (framing) pode auxiliar-nos na compreensão da construção/fabricação da notícia na mídia corporativa, especialmente no Brasil?

Palavras-chave: Aparelho privado de hegemonia (APH); JEDUCA; mídia corporativa hegemônica; enquadramento (framing).

The Association of Education Journalists (JEDUCA) as a private apparatus of hegemony and its discursive construction of secondary education in Brazil: epistemic interfaces with Portugal

Abstract

This bibliographic and documental article is linked to the readings and problematizations car-ried out on the presence of Private Hegemony Apparatuses (APHs) in the educational field. Therefore, JEDUCA (Association of Education Journalists) represents one of the arms of the various APHs that have been systematically interfering in the formative directions of Basic Education, based on a homogenizing journalistic discourse driven by the business ideology. Our central hypothesis was the theoretical argument that JEDUCA has historically been an important APH allied to the Private Apparatuses of Corporate Hegemony (APHe), operating in the main hegemonic corporate media outlets and effectively contributing to building an active consensus among teachers and students. Thus, some research questions seemed pertinent to us: i. How has JEDUCA been working to build an active consensus among teachers, students and students' families on the homogenization of the curriculum in basic education? ii. What are JEDUCA's discursive strategies or journalistic angles for defending the 'New' Secondary Education and a 'new type' of worker? iii. Conceptually, can JEDUCA be considered an APH? iv. Do associations like JEDUCA exist in Portugal, that is, are there organized groups of journalists specializing in education in the print and electronic media (digital platform)? v. How can the concept of framing help us understand the construc-tion/manufacturing of news in the corporate media, especially in Brazil?

Keywords: Private apparatus of hegemony (APH); JEDUCA; hegemonic corporate media; framing.

1 Considerações Iniciais

> A perpetuação do mito do 'consenso' neoliberal depende de uma interpretação literal da palavra 'consenso'. Se 'consenso' quer dizer isso mesmo, toda oposição ao modelo neoliberal equivaleria apenas a uma birra infantil contra o pensamento da maioria, ou a intransi-gência ideológica pela intransigência. [...]. Ao 'consenso' dos feli-zes poucos de Washington opõe-se o verdadeiro consenso popular que mobiliza protestos de rua e manifestações contra o modelo, pelas suas vítimas, em todo o mundo. Isso não impede que a impre-cisão semântica persista na nossa grande imprensa, onde o mito do modelo inevitável, comprovado pela prática e sem alternativas sé-rias, ainda é cultivado (Verissimo, 2000).

Este estudo procura compreender como a mídia corporativa hegemônica (MCH) no Brasil vem reportando os desafios do 'Novo' Ensino Médio (NEM) e se em Portugal teríamos sucedâneos como a Associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA). Do que pudemos deprender deste estudo, a internacionalização curricular e seus efeitos no processo formativo da juventude, aproximam-se muito (comparativamente) com o que vem ocorrendo entre Brasil e Portugal, ainda que cada país apresente determinadas especificidades em seus processos/percursos de escolarização.

Os periódicos impressos e a plataforma digital onde as publicações da JEDUCA estão armazenadas foram fontes medulares no processo de investigação. Em Portugal optamos pela pesquisa no jornal Público, que pode ser acessado de maneira impressa ou digital pelo seu sítio eletrônico. As produções jornalísticas realizadas pela JEDUCA se esparzem em publicações de grande circulação/tiragem da mídia corporativa hegemônica, tais como O Estado de S.Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo[1].

Tivemos neste estudo como hipótese central a argumentação teórica de que a JEDUCA vem se constituindo, historicamente, como um APH aliançado aos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHe), atuando nos principais veículos da mídia corporativa hegemônica e contribuindo, efetivamente, para a construção de um con-

[1] Em termos comparativos, o Jornal Público de Portugal teve uma tiragem média diária de quase 63 mil exem-plares em 2024, contabilizando as versões impressa e digital (O Público, 2025); já o jornal Folha de S. Paulo teve uma tiragem diária de 860 mil exemplares em 2024, incluindo as versões impressa e digital (Yahya, 2025).

senso ativo entre docentes e discentes, mas também um consenso para a opinião pú-blica de forma geral. Nesta direção, não se sustentaria a ideia de que a JEDUCA é uma associação independente, desvinculada do ideário dos reformadores empresariais da educação. Pelo contrário. A mesma vem reforçando os valores neoliberais destas insti-tuições e fundações privadas agindo de forma deliberada na construção de pautas (agenda setting) que beneficiam o capital.

Assim, tais problematizações nos pareceram pertinentes para compreendermos a ação da mídia corporativa hegemônica no Brasil em comparação com a mídia portu-guesa, sobretudo, na análise do jornal Público: i. Como a JEDUCA vem atuando na construção de um consenso ativo entre docentes, discentes e as famílias dos/as estu-dantes sobre a homogeneização curricular na Educação Básica? ii. Quais são as estraté-gias discursivas ou angulagens jornalísticas da JEDUCA para a defesa do 'Novo' Ensino Médio e um/a trabalhador/a de 'novo tipo'? iii. Conceitualmente, a JEDUCA pode ser considerada um APH? iv. Associações como a JEDUCA existem em Portugal, ou seja, há grupos organizados de jornalistas especializados em educação nas mídias impressa e eletrônica (plataformização digital)? v. Como o conceito de 'enquadramento' (framing) pode nos auxiliar na compreensão da construção/fabricação da notícia na mídia corpo-rativa, especialmente no Brasil?

Metodologicamente, esta investigação demandou uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, tendo como fontes o sítio eletrônico (e os artigos ali produzidos) da JEDUCA e matérias do jornal Público, a fim de se observar o conteúdo construído sobre o Ensino Médio/Secundário por estes veículos informativos nos últi-mos anos. Em Portugal, fizemos a investigação apenas no jornal Público, em suas edi-ções impressas e digitais, buscando algumas aproximações com o que vem ocorrendo no Brasil por meio dos APHe.

2 A construção da pauta jornalística pela JEDUCA e pelo jornal público

Sabe-se que os grupos empresariais jornalísticos no Brasil não possuem – em suas cada vez mais restritas ou inexistentes redações[2]–, profissionais suficientemente habilitados para discutir as especificidades dos temas atinentes à Educação em seus diferentes níveis e modalidades. Em Portugal a situação não é diferente daquela vislumbrada no Brasil:

> [...] os/as jornalistas são mal pagos, precários, esgotados e pressionados; os baixos salários passaram de um problema a uma característica de classe e o mesmo acon-tece com a precariedade contratual e com a falta de progressão na carreira. Traba-lham horas a mais, feriados, fins de semana, noites e muitas vezes não são com-pensados por isso. Muitos não voltariam a optar pelo jornalismo se tivessem que escolher agora e outros tantos já pensaram em abandonar a profissão (Neves, 2024).

No Brasil muitos/as jornalistas fazem parte da Associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA)[3], que em seu sítio eletrônico afirma não ter como função se envolver em campanhas em favor de qualquer corrente de pensamento ou se posicionar sobre debates educacionais[4]. O compromisso da JEDUCA seria levar o máximo de informação ao seu público, qualificando a cobertura de temas educacionais em qualquer meio de educação. A JEDUCA só se posicionaria quando o trabalho do jornalista de educação estivesse prejudicando a cobertura de um determinado tema (Dantas, 2023, p. 85). Todavia, tal perspectiva jornalística é "[...] meramente descritiva ou mesmo apologética – tipicamente funcionalista – suavemente colorida com as tintas do liberalismo, [...] baseada na simples divulgação objetiva dos fatos; uma 'função social' voltada para o aperfeiçoamento das instituições democráticas" (Genro Filho, 1987, p. 24).

[2] Visão que é corroborada, inclusive, pelos/as jornalistas vinculados à JEDUCA: "Hoje o maior desafio na cober-tura eleitoral é o enxugamento das redações locais. Existem diversos municípios com problemas na pauta da educação, mas que não são cobertos por falta de pessoal, [...]. desafios que envolvem cobrir a região amazônica, entre eles estão a dificuldade de acesso, a questão salarial, a violência de gênero e os perfis de redes sociais ligadas a grupos políticos. Este conjunto de fatores inevitavelmente contribuem para a in-stalação de um deserto de notícias [grifos meus] [...]" (Medeiros, c2025).

[3] A JEDUCA teve seu marco fundacional em 2016.

[4] A perspectiva jornalística da JEDUCA é aquela proveniente do funcionalismo estadunidense: "Nos Estados Unidos, depois da 1ª Guerra, consolidou-se a perspectiva funcionalista no estudo da comunicação social, alicerçada em estudos de natureza empirista que se utilizam de modelos formais e matemáticos. Essa corrente, que pretende atribuir uma aura de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos e também na América Latina" (Genro Filho, 1987, p. 19).

Não obstante, em Portugal, segundo a socióloga Maria Benedita Portugal e Melo, não há uma associação de jornalistas de educação nos moldes da JEDUCA. O que há são editores, articulistas ou opinion makers que publicam textos sobre a educação portuguesa, com destaque para a jornalista Cristiana Faria Moreira de o Público, fonte documental de nosso estudo (Melo, 2025a).

Os financiadores da JEDUCA, segundo o sítio eletrônico da instituição, não interferem nos conteúdos ou nas discussões promovidas, e os materiais de consulta podem ser acessados por qualquer pessoa em seu portal e nas redes sociais. Contudo, as redes de discussão só podem ser realizadas por associados, e para se associar é preciso ser jornalista ou professor/estudante de jornalismo (O que fazemos, c2023). Dentre os parceiros 'financiadores', encontram-se as seguintes fundações e institutos privados: i. [B]3 Social; ii. Fundação Itaú; iii. Fundação Lemann; iv. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; v. Fundação Telefônica Vivo; vi. Instituto Ayrton Senna; vii. Instituto Natura; viii. Instituto Sonho Grande; ix. Instituto Unibanco. Já os parceiros 'institucionais' são os seguintes: i. Abraji; ii. Campanha Nacional Direito à Educação; iii. Cenpec; iv. OEI; v. Porto Lauand Advogados; v. Movimento Todos pela Educação (TPE); vi. UNESCO: vii. Santillana; viii. Loures.

Muitos dos parceiros 'financiadores' e 'institucionais' não possuem 'fins lucrativos'. Evidencia-se, portanto, que sob o manto filantrópico de tais empresas, institutos e fundações privadas, ocultam-se suas ações predatórias na vida social (Fontes, 2020, p. 16). Difícil acreditar na suposta independência jornalística da Jeduca quando os seus principais financiadores são os reformadores empresariais da educação, profundamen-te implicados na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos itinerá-rios formativos do 'Novo' Ensino Médio (Dantas; Pereira, 2022b).

Não é factível, portanto, acreditar na "fantasia de um consenso sem conflitos" (Araujo; Lopes, 2023, p. 15), quando se sabe que os reformadores empresariais da educação interferem, diretamente, na formação de um/a trabalhador/a que lhe convém, qual seja, afeito ao empreendedorismo, à meritocracia, ao hiperindividualismo, à resili-ência e à submissão. Isso exige também uma pedagogia flexível e hegemônica condi-zente com a sociabilidade capitalista (pedagogia das competências e habilidades e/ou a pedagogia socioemocional), em que a "adequação dos corpos e mentes para essa nova etapa de

investida burguesa sobre a escola [torne-se] mais uma questão de convenci-mento e adesão espontânea que de regulamentação jurídica" (Rodrigues, 2020, p. 59).

Padronização curricular e avaliações em larga escala, desse modo, representam algumas das muitas faces do ideário neoliberal em vigor com consequências execráveis para o processo formativo da juventude da classe trabalhadora, incitando "caracterís-ticas individuais de responsabilização e preparação para assumir riscos, [...] a partir do controle das emoções e supostas escolhas, [...] sustentadas sobre crenças e exceções" (Magalhães, 2020, p. 64-69).

Assim, a capilaridade dos institutos e fundações privadas que apoiam a JEDUCA na perspectiva de Araujo e Lopes (2023, p. 3-4), representam redes políticas que "[...] produzem discursos que legitimam e dão subsídio para que a BNCC seja interpretada como um consenso em direção à aprendizagem desejada, reforçando a política de cen-tralidade curricular, associada à defesa de um Sistema Nacional de Educação (SNE)", formulado pela racionalidade empresarial.

Se no Brasil a publicização de informações alusivas a temáticas educacionais nos jornais, revistas e redes sociais ocorre por intermediação supostamente independente da JEDUCA, em Portugal a lógica da produção noticiosa deve ser 'garantida' pelos/as jornalistas sem que ocorra, necessariamente, a checagem das fontes. Ou, nos termos de Genro Filho (1987, p. 30), os/as jornalistas estão profundamente submetidos às fon-tes oficiais, oficiosas e institucionais, logo, permanentemente continuam reproduzindo o ideário da hegemonia burguesa. Tal como no Brasil, grupos empresariais filantrópicos portugueses submetem as agências de jornais aos seus interesses de classe, e isso se torna mais preocupante com a precarização do trabalho do/a jornalista, a ponta mais frágil de um processo de desmoralização/desqualificação profissional em escala cres-cente e sem precedentes.

Não por acaso, o conceito-chave que se tem utilizado como parâmetro de inves-tigação sobre a instância de produção de consumo de notícias é o conceito de 'enqua-dramento' (framing). O framing é uma espécie de segundo nível da agenda setting[5], ou seja, um novo movimento de divulgação das notícias (Melo, 2025).

[5] Segundo Camponez e Ferreira (2020, p. 5), a construção do conceito de agenda setting "teve origem

Com isso, os Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe) vão galgando posições no Estado, "inclusive modificando dispositivos legislativos, [dando] caráter 'estatal-legal' a certas elaborações que, voltadas para áreas particulares, [...] tornam-se imposições da generalização de tais interesses, como se fossem interesses de todos" (Fontes, 2020, p. 20).

3 Sobre os conceitos de APH e framing

Antes de adentrarmos nos conceitos-chave de nossa investigação, faz-se importante compreender quem são os sujeitos históricos pertencentes à JEDUCA, especialmente reunidos em sua Diretoria Executiva. Até o momento dessa pesquisa, sua Diretoria era composta por Renata Cafardo (presidente), fundadora da JEDUCA e colunista de educação do jornal O Estado de S. Paulo; Mariana Tokarnia (vice-presidente), repórter da Agência Brasil de Comunicação (EBC) onde cobre temas relacionados à educação desde 2013; Cintia Gomes (Diretora), jornalista e cofundadora da JEDUCA, editora do Jardim Ângela na Agência Mural de jornalismo das periferias; Fábio Takahashi (Conse-lho Curador), um dos fundadores da JEDUCA. Escreve sobre educação no jornal Folha de S. Paulo desde 2003; José Brito (Diretor), publicitário, jornalista e Mestre em Ciên-cias Sociais. Diretor do Canal Futura e gestor de campanhas de impacto social para uso de tecnologias de aprendizagem; Paulo Saldaña (Conselho Curador), repórter de edu-cação do jornal Folha de S. Paulo; Tatiana Klix (Diretora), jornalista formada pela UFRGS, atuou como repórter e editora no grupo RBS. Cofundadora do 'Quero na escola', uma plataforma que conecta a sociedade à escola, dando 'protagonismo' para o estudante escolher o que quer aprender além do currículo; Luiz Fernando Toledo (Diretor), jornalista especialista em transparência pública e análise de dados e membro-fundador da

quando Maxwel McCombs e Donald Shaw, então dois jovens investigadores, decidiram analisar como, a propósito das eleições presidenciais norte-americanas de 1968, que opuseram Hubert Humphrey e Richard Nixon, os media poderiam, de algum modo, influenciar a opinião pública. Para o efeito, realizaram um estudo tendo por base 100 eleitores indecisos, residentes em Chapel Hill, na Carolina do Norte, acabando por encontrar um coefi-ciente muito forte de correlação entre a agenda mediática e a agenda dos eleitores. A agenda setting, numa fase inicial, começou por afirmar que pessoas acabam por conhecer determinados assuntos pelo efeito da seleção realizada pelos media que, deste modo, transforma temas, pessoas e acontecimentos em matéria privilegiada do debate público, marcando um paralelismo entre a agenda dos media e a agenda da opinião pública. [...] Com efeito, o estudo de McCombs e Shaw foi dos primeiros a fornecer ao campo da comuni-cação evidências empíricas que relacionam o poder de agendamento dos media com a agenda pública".

JEDUCA (A Associação, [c2025]). É jornalista da BBC Brasil em Londres; Thais Borges (Diretora) é jornalista e mestra em literatura pela Universidade Federal da Bahia (A Associação, [c2025]).

O Comitê Executivo é formado por Amanda Cieglinski, jornalista formada pela UnB e repórter do núcleo de reportagens especiais da TV Brasil (EBC); Ana Carolina Moreno, jornalista de dados sênior da TV Globo. Especialista em educação desde 2011 e em jornalismo de dados desde 2017; Adriana Amâncio, jornalista com mestrado profissional em marketing digital; Daniel Nardin, jornalista pela Universidade Federal do Pará e mestre em comunicação e sociedade pela Universidade de Brasília; Fabio Mazzitelli, jornalista. Trabalhou nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo; Karina Yamamoto, jornalista e editora do UOL por 9 anos nas editorias de educação e Brasil. Gerente de comunicação institucional do WWF-Brasil; Paulo de Camargo, jornalista e Mestre em Literatura pela USP (A Associação, [c2025]). Integra a equipe do Anuário Brasileiro da Educação Básica publicado pelo Movimento Todos pela Educação (TPE) e Editora Moderna; Raphael Kapa, jornalista e professor de História da UFF/RJ (A Associação, [c2025]). Coordenador de educação na Agência Lupa; Ricardo Falzetta, jornalista e ma-temático. Trabalhou por 16 anos na Revista Nova Escola, onde foi repórter e editor. Gerente de conteúdo da Abril Educação e do Todos pela Educação (TPE); Rodrigo Ra-tier, jornalista e colunista de educação da UOL; Vanessa Vieira, jornalista pela UFRR (A Associação, [c2025]). Editora de conteúdo do jornal digital Correio do Lavrado; Isabella Sander, jornalista e especialista em Direitos Humanos e mestre em comunicação social pela PUCRS; Lorrany Martins, jornalista formada pela Universidade Vila Velha. Especia-lista na área de reportagens sobre educação; Marta Alencar, doutoranda em Ciências da Comunicação pela UNISINOS, onde pesquisa desinformação local e desertos de notí-cias; Mirella Araújo, jornalista pela UNINASSAU, com experiência em temas relaciona-dos à política e à educação; Raphael Preto Pereira, jornalista paulistano e repórter de o Estado de S. Paulo (A Associação, [c2025]).

Por fim, a equipe executiva da JEDUCA é formada por Camilla Salmazi, jornalista formada pela PUC/SP. Atuou como assessora de imprensa do setor privado e do movimento Todos pela Educação (TPE); Marta Avancini, jornalista de educação e consultora de organismos internacionais e instituições do Terceiro Setor; Fernanda Balsalobre,

videojornalista e documentarista freelance. Trabalhou na Rede Bandeirantes, SBT, Rede TV e TV Brasil; Gisele Cavalcanti, formada em Administração com ênfase em finanças. Trabalhou na área administrativa da TV Cultura; Isabella Siqueira, graduanda de jornalismo pela UNESP. Participou do jornal Voz do Nicéia, na periferia de Bauru/SP (A Associação, [c2025]).

Depreende-se pelas informações acima que a equipe profissional da JEDUCA apresenta uma formação em nível de graduação e pós-graduação diversificada e visceralmente vinculada ao setor privado e ao Terceiro Setor. O processo formativo de seus colaboradores e colaboradoras ocorreu, em grande parte, em universidades públicas, e é importante sopesar que parcela de sua equipe se dedica às áreas das Ciências Huma-nas (Educação, Ciências Sociais e Literatura). Há ainda intervenções jornalísticas por parte da JEDUCA nas periferias urbanas, o que corrobora com a compreensão de Fon-tes (2020, p. 31) de que os APHs se apropriam das pautas populares "de maneira a ca-nalizá-las e esterilizá-las. Estas seriam os APHs de jaez 'filantrópico', ou 'democráticos', e são constituídos por enorme número de entidades".

Perceptível ainda na 'missão' da JEDUCA é a pretensa desvinculação das questões econômicas/políticas das pautas educacionais (Hoeveler, 2019, p. 157). Das instituições que contribuem, diretamente, com a JEDUCA, vale destacar a atuação da Funda-ção Lemann e do Todos pela Educação (TPE). A capilaridade da Fundação Lemann é gigantesca:

> [...], a Lemann conduziu projetos próprios e apoiou financeiramente projetos de outros APH empresariais, com práticas complementares ao seu escopo. No campo da gestão pública, o apoio tático do APH Lemann ao Conselho Nacional de Secretá-rios Estaduais de Educação (CONSED) e à União Nacional de Dirigentes Municipais (UNDIME) foi fundamental para a introdução, a disseminação e a capilarização dos seus produtos e serviços nas redes públicas de ensino e nos conselhos de educa-ção. A atuação do CONSED e da UNDIME resulta na fidelização dos gestores edu-cacionais (secretarias de educação consórcios, arranjos educacionais e escolas) ao conteúdo empresarial Lemman (Farias, 2021, p. 753).

Associado a isso, a Fundação Lemann lucrou muito durante a pandemia de Covid-19, pois houve o "aprofundamento do projeto neoliberal com a ampliação da educação a

distância e a militarização da escola [...], difundindo o ethos educacional neoliberal e neotecnicista, alavancando o lucro de seus parceiros com propostas de um ensino híbrido" (Siqueira, 2020, p. 100-105).

A JEDUCA em nenhum momento faz menção à conjuntura histórica em que foi implementada a Lei 13.415/17 (Dantas, 2022a); tudo parece ocorrer de maneira linear ou cronológica na narrativa jornalística da JEDUCA (Avancini, 2023). Destarte, no âmbito de uma rede complexa de comunicações, os atores da mídia são seus agentes ativos, sejam eles jornalistas, blogueiros, comentaristas, opinion makers etc., apresentando/recortando os temas noticiosos por meio de quadros específicos que destacam alguns aspectos em detrimento de outros. Logo, o esforço destes agentes dos media está na seleção/enquadramento de notícias relacionadas a temas educacionais e o seu impacto na opinião pública; o sucesso de tais produções midiáticas sempre dependerá da aceitação do tema selecionado pelo público:

> [...] estudar a mídia e seus efeitos nesses temas traz à tona a teoria da tematização [grifos meus], originalmente desenvolvido [pelo sociólogo alemão] Niklas Luh-mann na década de 1970, que dentro de sua teoria dos sistemas sociais, destaca como a mídia, assim como outros sistemas sociais, é operacionalmente fechada, auto-organizada e autopoiética – e, portanto, autônoma (dentro dos limites de aceitabilidade pública) – naquilo que seleciona como tema de comunicação (San-tos; Carvalho; Melo, 2022, p. 3)[6].

Os autores acima afirmam que a mídia portuguesa não admite abertamente a inclinação político-partidária, visto que a diversidade ideológica é percebida como tendo um impacto positivo nas vendas dos periódicos. No Brasil, periódicos com tiragens impressas expressivas, tais como a *Folha de S. Paulo,* apresentam um viés editorial assumidamente neoliberal, com claros e inequívocos interesses de classe (Dantas, 2023).

Assim, tanto em Portugal quanto no Brasil ou em qualquer parte do mundo onde a produção jornalística/midiática opere sobre determinados temas, especialmente os conteúdos educacionais, o conceito de *framing* nos parece inescapável. Ou seja,

[6] O artigo em questão, redigido em língua inglesa, foi traduzido pelo autor.

> [...] esse processo de enquadramento [grifo meu] complementa o processo de tematização [grifo meu]. Após a seleção de um determinado tema, alguns aspec-tos dele são enfatizados e outros são ignorados. Assim como no processo de tema-tização, a saliência é construída na interação entre o provedor da informação e o público que a recebe, o que significa que o aspecto da informação destacado deve ser reconhecido pelo público como válido e relevante. [...]. A mídia, portanto, ga-nha a oportunidade de desempenhar suas duas principais funções: gerenciar a con-tingência com o objetivo de reduzir a complexidade do mundo social e se conec-tar com seu ambiente e com outros sistemas sociais – por exemplo, sistemas polí-ticos e de opinião pública. [...] o processo combinado de tematização e enquadra-mento [grifos meus] funciona como um mecanismo de dupla redução da comple-xidade, por meio do qual o público é influenciado a se concentrar em alguns temas educacionais em vez de outros, e a interpretar esses temas sob perspectivas espe-cíficas (Santos; Carvalho; Melo, 2022, p. 5-17).

Além do fundamental conceito de framing, faz-se importante entender o que é um APH com claras intervenções de classe a partir da construção discursiva da mídia corporativa hegemônica (MCH). Ou seja, para compreendermos a lógica operacional dos APHe, devemos ter em nosso horizonte analítico a relação dialética entre Estado, capital e trabalho, afinal o Estado burguês é a expressão do antagonismo de classes e a sua existência é justificada pelo capital. Logo, "analisar as políticas educacionais e sua estreita vinculação à ordem do capital, requer desfazer a quimera ideológica de uma suposta divisão dicotômica [entre capital e trabalho]" (Silva et al., 2021, p. 3).

Qualquer generalização teórica que não leve em consideração a necessidade da discussão da tríade 'Estado', 'capital' e 'trabalho' estará presa ao plano da aparência. Mészáros (2015, p. 77) é taxativo ao considerar que a manutenção do Estado burguês significa decidir se a humanidade deve sobreviver ou fenecer. A manuten-ção/perpetuação do Estado burguês nos moldes discutidos por Mészáros só pode lo-brigar uma ideia de democracia raquítica, uma democracia (neo)liberal contrarrefor-mista e, portanto, não substantiva e historicamente sustentável.

Assim, todo grupo social que deseja exercer o seu domínio e direção o fará pela "conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, conquistas que são tão mais rápi-das e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus pró-prios

intelectuais orgânicos" (Gramsci, 1991, p. 9). A presença dos intelectuais orgâni-cos, representantes de APHe específicas, é mediada em diversos níveis pelo tecido so-cial e o conjunto das superestruturas (onde se enfeixam, precisamente, os aparelhos privados de hegemonia), do qual os intelectuais são seus 'funcionários'. Logo, é na

> [...] "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados co-mumente de "privados") e o da "sociedade política" ou Estado (que cor-responde à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico"). Estas funções são precisa-mente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (Gramsci, 1991, p. 10-11).

Pode-se dizer, então, que códigos éticos (deontologia) e a profissão jornalística caminham em direção à 'marquetização' da realidade, a antessala do simulacro do real! (Dantas; Santos, 2018). Isto significa que quanto mais enviesadas são a agenda setting e o framing, piores são as qualidades informacionais dos media e da democracia, afinal, os grupos empresariais jornalísticos estão voltados para o lucro, "assim como os anun-ciantes, o que já circunscreve um conjunto bem determinado de interesses" (Miguel, 2019, p. 123).

4 Exemplos de Data setting e framing em matérias produzidas pelo jornal Público

Traremos à baila, inicialmente, algumas matérias (notícias em geral sobre educa-ção, editoriais, seções de opiniões etc.) produzidas pelo jornal Público. Objetiva-se, tan-to na análise das matérias veiculadas pelo Público quanto nas matérias veiculadas pela

JEDUCA, compreender o teor dos temas ou pautas selecionadas (agenda setting) referentes ao campo educacional, com destaque para o Ensino Médio/Secundário[7].

Boa parte das matérias sobre educação disseminadas pelo Público são de autoria da jornalista Cristiane Faria Moreira (Melo, 2025a). A primeira matéria que selecionamos foi sobre 'O que é o sucesso escolar?' Moreira (2025a) problematiza o ranqueamento das escolas em Portugal. Para tanto, parte-se de uma visita/reportagem investigativa a uma escola secundária localizada na Baixa da Banheira[8], há anos 'amarrada' nos últimos lugares do ranking escolar. A jornalista, então, indaga-se: "O que está por trás destes números?" Segundo José Lourenço, diretor do agrupamento na Baixa da Banheira, alguns alunos fariam 'pactos com os pais'; vão à escola, mas não entram nas aulas, porque mais vale estar lá do que nas ruas. Outros estudantes optam por traba-lhar, mesmo sem ter idade para isso. No terceiro ciclo do ensino básico em Portugal – o que equivale ao 7º, 8º e 9º anos do Fundamental II no Brasil – cada estudante acumula, em média, 70 faltas por ano e muitos reprovam. Cerca de 40% dos estudantes são estrangeiros ou filhos de imigrantes e metade desse público escolar recebe apoio da ação social escolar. Todos os anos entram e saem entre 70 e 80 professores, uma rotatividade que mina qualquer estabilidade formativa discente no ambiente escolar. Além disso, boa parte dos estudantes de Baixa da Banheira, residem em casas superlotadas; não têm espaço e nem silêncio para estudarem. Chegam à escola com fome e enfrentam atitudes racistas dos colegas. Os estudantes portugueses aprendem palavrões na lín-gua dos imigrantes para insultá-los, conforme relato de uma aluna paquistanesa de 14 anos.

O agrupamento da Baixa da Banheira integra o programa 'Território Educativo de Intervenção Prioritária' (TEIP), que apoia escolas situadas em contextos de maior vulnerabilidade social. O diretor do agrupamento escolar entende que é o sistema que deve

[7] De acordo com Elói Figueiredo (2024), em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo foi aprovada pela Lei nº 46/1986, de 14 de outubro, estabelecendo a seguinte divisão no sistema de ensino: ensino básico, com cri-anças a partir de 6 anos de idade, com duração de nove anos e dividido em três ciclos sequenciais; o ensino secundário com três anos de escolaridade (10º, 11º e 12º anos) e com vários tipos de cursos. A escolaridade obrigatória até ao 12º ano ou até aos 18 anos de idade foi implementada em Portugal em 2009 pelo governo de José Sócrates, por meio da Lei 85/2009, de 27 de agosto. Tal medida visou a redução do abandono escolar e melhores qualificações formativas para a população jovem.

[8] A Baixa da Banheira se localiza no município de Moita, Distrito de Setúbal, região de Lisboa e sub-região da península de Setúbal. Apresenta baixa densidade populacional e foi elevada à categoria de Vila em junho de 1984 (BAIXA da Banheira. Wikipedia, [S. l., c2025]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Baixa_da_Banheira. Acesso em: 16 jul. 2025).

mudar, ou seja, não é possível exigir de um/a estudante que escolha uma área de estudos (para a continuidade formativa no secundário) com apenas 14 anos de idade. Para o diretor, José Lourenço, o ideal seria um percurso comum até ao 11º ano, que permitisse experimentar, descobrir interesses e fazer escolhas mais consisten-tes/conscientes.

Em outra matéria também assinada por Moreira (2025b), discute-se o incentivo do Partido Socialista (PS) português na 'participação cívica' dos/as estudantes, tendo em vista que nas quase mil escolas do ensino básico, secundário e profissional, há ape-nas 23 associações de estudantes reconhecidas pelo Ministério da Educação e pelo Ins-tituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). As associações de estudantes em Portugal equivalem aos grêmios estudantis na Educação Básica brasileira.

Os representantes do PS entendem que o processo de constituição de uma asso-ciação de estudantes é complexo e, portanto, querem simplificá-lo. Reconhecem tam-bém a resistência das direções escolares e as travas burocráticas para a criação de no-vas associações de estudantes, tais como a necessidade de elaborar estatutos, reunir assinaturas de 10% dos estudantes para convocar uma Assembleia Geral constitutiva e obter o apoio da direção escolar para a divulgação da convocatória. Os parlamentares do PS enfatizam, portanto, que as associações de estudantes têm uma importância central no contexto educativo, por "promoverem valores de cidadania activa e partici-pação política e por, muitas vezes, ser o primeiro contato dos jovens com os conceitos de representação democrática" (Moreira, 2025b, p. 16). A iniciativa dos socialistas pre-vê ainda a realização anual de um Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário.

Na mesma matéria, Moreira (2025b) reporta que as associações de estudantes fariam uma chamada de luta entre os dias 24 e 28 de março de 2025, para tratarem da falta de condições de estudo em sala de aula (salas com tetos quase desabando onde chove e se passa frio). Lutam ainda os/as estudantes contra os exames nacionais unifi-cados (avaliações em larga escala), exigindo uma avaliação contínua justa para que não sejam reduzidos/resumidos à nota de um exame que ignora e desvaloriza o esforço e o trabalho de três anos.

Moreira (2024) enfoca outro problema persistente e recorrente na educação pública portuguesa, ou seja, de que estudos demonstram que metade dos professores dos ensinos básico e secundário se sentem tristes e com mal-estar psicológico, situação igualmente presente no Brasil. Em contraponto, Moreira (2024) revela que os/as estudantes apresentaram significativa recuperação de seu bem-estar em sala de aula no ano de 2024 em relação ao que foi divulgado pelo Observatório de Saúde Psicológica e de Bem-Estar em 2022. Numa escala de 0 a 10, mais de 60% dos/as docentes relatam uma satisfação com a vida igual ou superior a sete. Entretanto, metade diz sentir-se nervoso (50,4%), triste (48,4%), irritado ou de mau humor (49,2%) pelo menos uma vez por semana. Há docentes que estão frequentemente tão tristes, que parecem não aguentar, representando quase 20% da pesquisa realizada. Segundo Daniela Carmo (2025) as professoras reportam níveis de bem-estar mais baixos do que os professores, especialmente no que diz respeito ao aspecto socioeconômico.

5 Exemplos de Data setting e framing em matérias produzidas pela JEDUCA

Já as matérias produzidas/publicadas pela JEDUCA apresentam caráter mais 'informativo' do que 'problematizador'. Tendo em vista a homologação pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as diretrizes do Ensino Médio discutidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), percebe-se que a construção narrativa da JEDUCA foi bastante sucinta, reportando apenas que o ministro da Educação, Camilo Santana (PT/CE), teria homologado a Resolução em cumprimento da implementação da 'Nova Política Nacional do Ensino Médio' (leia-se Lei 14.945/24)[9], que modificou a organiza-ção curricular do Ensino Médio para estudantes ingressantes a partir de 2026 (Mec [...], 2024). A reportagem está dividida nas seguintes seções: i. como será a transição da etapa de ensino; ii. sugestões para cobertura (currículo novo e currículo antigo); iii. itinerários formativos; iv. Enem; v. projeto de vida. Após expor as mudanças curricula-res a partir da

[9] Em nosso entendimento, uma 'reforma da reforma', tendo em vista que não houve mudanças estruturais na então Lei 13.415/17. Ao equilibrar a carga horária das disciplinas obrigatórias na Formação Geral Básica (FGB) do Currículo do Ensino Médio e diminuir a carga horária dos Itinerários Formativos (IF), não se mexeu no núcleo duro do currículo, ou seja, foram tomadas medidas prescritivas paliativas para não desagradar os reformadores empresariais da educação, aliás, muito presentes e atuantes no Ministério da Educação.

Lei 14.945/24, a Redação da JEDUCA apresenta um quadro de alteração curricular na última etapa da Educação Básica (Mec [...], 2024).

Ora, todo o contexto de discussão e posterior aprovação da Lei 14.945/24 no Congresso Nacional foi limada pela reportagem, ou seja, o relator do projeto de Lei foi o deputado federal Mendonça Filho (União Brasil/PE), ex-ministro da Educação do go-verno golpista de Michel Temer (2016-2018). Isso teve implicações diretas na aprovação da Lei acima, um remendo que ficou aquém das expectativas de uma mudança profun-da no currículo do Ensino Médio.

Em outra matéria veiculada pela JEDUCA, a jornalista Isabella Siqueira (2025) tra-ta sobre o Relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Eco-nômico) para o 'letramento financeiro' entre adolescentes. Tal relatório apresenta os resultados de 98 mil estudantes de 20 países, incluindo o Brasil, que foram avaliados na competência de educação financeira; dos 20 países participantes, 14 são da OCDE e 6 são 'parceiros'.

Segundo Siqueira (2025) em 2022, além do enfoque em Matemática, a prova rea-lizada pela OCDE avaliou as seguintes 'competências', consideradas como relevantes para o século XXI: pensamento criativo e educação financeira! A definição de educação financeira adaptada para a faixa etária de 15 anos e adotada pela prova do PISA/OCDE (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) abarca conhecimento e compreensão de conceitos financeiros e riscos; habilidades e atitudes para aplicar esse conhecimento e compreensão a fim de tomar decisões eficazes em diferentes contextos financeiros. O Brasil obteve 416 pontos na avaliação da educação financeira, 82 pontos abaixo da mé-dia da OCDE (498). No ranking internacional, o Brasil ficou na 17ª posição, à frente ape-nas da Malásia e da Arábia Saudita. A OCDE, segundo a reportagem da JEDUCA, analisa que as "atitudes comportamentais e histórico familiar dos estudantes têm mais impac-to no letramento financeiro do que as características da escola" (Siqueira, 2025). No-vamente aqui, nenhuma mediação sobre a lógica do ranqueamento, que trata socieda-des, escolas e países com desenvolvimentos geográficos/socioeconômicos desiguais como iguais aos países centrais do capital. Além disso, a isenção da JEDUCA sobre a suposta autoridade da OCDE no que diz respeito ao que deve ser ensinado para os/as jovens do Ensino Médio é clamoroso. Competências socioemocionais, habilidades, ati-tudes resilientes no mundo

do trabalho, expressam-se com limpidez na reportagem, denotando a concordância com o que é definido na curricularização escolar internacio-nal para a juventude da classe trabalhadora, sobretudo.

Quando utilizamos a ferramenta de busca do sítio eletrônico da JEDUCA a partir dos descritores 'ensino médio e currículo', 'ensino médio e juventude', 'ensino médio e formação docente', aparecem-nos quase 500 resultados, todavia, nem todas as maté-rias são sobre o Ensino Médio. As reportagens estão misturadas com outras que tra-tam sobre a educação indígena, quilombola, educação infantil, educação especial, ges-tão escolar, Plano Nacional de Educação etc. Isso dificulta o foco analítico de nossa proposição investigativa. De todo modo, evidencia-se que as reportagens da JEDUCA, de maneira geral, estão propensas a divulgar os processos indutivos das políticas pú-blicas educacionais sem maiores problematizações, assim como estabelecer amistosa-mente interlocuções com organismos internacionais multilaterais, encarados como fontes fidedignas.

Ao estabelecermos, minimamente, uma comparação entre os dois veículos in-formativos (Público e JEDUCA), faz-se importante salientarmos que a JEDUCA não tem a periodicidade de um jornal impresso/eletrônico como o Público. Porém, os/as jornalis-tas da JEDUCA são responsáveis pelo fornecimento/produção de notícias sobre a edu-cação nacional para os principais jornais da mídia corporativa hegemônica. Embora não se possa afirmar, categoricamente, que o jornal Público tem maior autonomia em sua pauta jornalística no que diz respeito ao campo educacional, já que muitas vezes acaba por reproduzir notícias oficiais/oficiosas sem mediações (Melo, 2025), ainda assim, suas pautas se revelam mais densas e fundamentais (saúde docente, participação política dos/as estudantes, desempenho escolar de escolas periféricas, condições de trabalho e de estudo para docentes e discentes etc). Já a JEDUCA dicotomiza política e economia, como se fossem polos opostos, o que enfraquece o conteúdo jornalístico e confirma o seu mero 'funcionalismo' (Genro Filho, 1987, p. 25).

Ainda que o jornal Público apresente limites analíticos, na condição de uma em-presa jornalística liberal, procura abarcar um público-leitor maior, vinculado a diferen-tes espectros políticos (Melo, 2025). A JEDUCA, por outro lado, não tem essa preocu-pação: gera notícias com o firme propósito de atender interesses das frações da classe burguesa,

deixando de lado os sujeitos históricos que estão nas escolas, ou seja, a classe trabalhadora.

6 Considerações finais

Embora a JEDUCA se declare 'independente' do ponto de vista jornalístico, a mesma é mantida por fundações e institutos privados. Não há, portanto, uma isenção jornalística, já que a JEDUCA municia a mídia corporativa hegemônica com dados e informações sobre o campo educacional e, a partir destas matérias jornalísticas, há uma modulação ou angulagem editorial por estes grupos empresariais jornalísticos objetivando a construção de uma narrativa consensual sobre um determinado tema.

Desse modo, a mídia corporativa hegemônica necessita destes profissionais da JEDUCA para dar mais consistência e homogeneidade a determinadas pautas jornalísticas, concretizando uma nova 'vontade' e uma nova 'moral', aparentemente, consensu-ais na sociedade. A hegemonia é, justamente isso, uma visão unitária do mundo a par-tir de uma determinada perspectiva de classe, exercendo a direção moral e política so-bre as classes concorrentes e aliadas. Daí, a importância de problematizarmos a forma-ção requerida/desejada para a juventude da classe trabalhadora sob a ótica neoliberal, caracterizada pelo 'Novo' Ensino Médio e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aprovadas em circunstâncias históricas e políticas decorrentes de um golpe de Esta-do.

A 'escola desinteressada' na acepção gramsciana é aquela em que todo/as podem acessar conhecimentos comuns, inclusive os de caráter técnico-profissional, mas sem hierarquizar a posição social dos sujeitos aprendentes. Ou seja, um processo formativo desinteressado seria a oportunidade efetiva de que as classes subalternas tivessem acesso à mesma cultura, uma cultura cuja aquisição lhes ajudaria a interpretar a heran-ça histórica da humanidade e definir-se diante dela. O político é sempre elemento for-mativo, caracterizando os sujeitos da escola como agentes históricos libertos da meta-física paralisante (Mari, 2011) tão presentes nos tempos hodiernos.

A JEDUCA é mantida por institutos e fundações privadas, sendo uma das mais relevantes a Fundação Lemann. Tal fundação investe em programas de formação de professores e gestores escolares, sendo que o primeiro curso formativo ocorreu em 2004 em

parceria com o Instituto Protagonistés e ofertado na modalidade a distância com alguns encontros presenciais, atingindo 160 escolas municipais de São Paulo e 40 esco-las estaduais de Santa Catarina em sua primeira edição (Canabrava; Teixeira, 2017, p. 91). Mas, o que mais nos chama a atenção é a relação da Fundação Lemann com a gê-nese da JEDUCA:

> A partir de 2005, a Fundação Lemann começa um esforço de dar maior visibilidade a suas ações. Por um lado, passa a financiar pesquisas de estudos de caso sobre seus progressos. Começa por dois estudos sobre o programa GSE [Gestão para o sucesso escolar], [...] em parceria com instituições particulares: Ibmec e FGV/EASP, investindo um total de US$ 76.000,00. Por outro, cria o Prêmio IGE [Ins-tituto Gestão Educacional] de Jornalismo, que serve de atrativo para estabelecer uma rede de jornalistas para pautas educacionais, que posteriormente veio a se constituir como a Associação de Jornalistas da Educação – JEDUCA. [...], o logo da Fundação é um dos primeiros na lista de mantenedores da JEDUCA [...]; Lemann passa a ter, então, um canal direto com a mídia para difundir suas ideias sobre edu-cação e dar visibilidade às suas lideranças (Canabrava; Teixeira, 2017, p. 92).

Fica-nos nítido que a JEDUCA é um dos braços da Fundação Lemann e de outras fundações e institutos privados, portanto, suas pautas nunca são/serão neutras e in-dependentes como apregoam[10]. Além disso, todos os estudos educacionais realizados pela Fundação Lemann, notadamente, são realizados em parcerias com universidades estadunidenses, denotando a descredibilização das universidades públicas brasileiras – onde, efetivamente, se realizam pesquisas – e de seus intelectuais.

Destarte, a JEDUCA – ainda que não 'confesse' – partilha de uma determinada concepção de mundo e é 'conformista de algum conformismo', onde as relações sociais ou os fenômenos educativos são apresentados com pouquíssimo grau de participação ativa da sociedade e apartadas de uma consciência crítica. Se as vontades coletivas são plurais e diversificadas, tendo em vista que grupos/institutos privados, classes e fra-ções de classe se organizam de acordo com seus projetos corporativos, evidencia-se que

[10] Importante destacar que trabalhos acadêmicos como de Britto (2025) e Souza (2023) trazem uma visão posi-tiva e até mesmo acrítica da JEDUCA, para não dizer ingênua, sobre a posição política e ideológica dessa asso-ciação.

> [...] grandes sindicatos, organizações classistas, jornais de grande tiragem, funda-ções de cunho empresarial, organismos multilaterais, redes de institutos e univer-sidades, círculos de cultura, igrejas e escolas se integram e participam das disputas hegemônicas (Marcassa; Pessoa, 2024, p. 8).

Se a JEDUCA 'educa' nos termos gramscianos, clarifica-se a necessidade da disputa hegemônica no terreno jornalístico, tomado por uma mídia corporativa vassala dos interesses do grande capital e, portanto, suscetível a golpes brancos[11] e pautas antidemocráticas. Isso vem se tornando cada vez mais grave diante da desregulação das redes sociais onde as Big Techs reinam, favorecendo os interesses do capital e um processo de alienação em larguíssima escala. Eis, portanto, a necessidade de uma literacia jornalística nas escolas de Educação Básica públicas em que as unidades de ensino possam contribuir para os processos de transformação social, haja vista que "a hegemonia na sociedade civil é uma condição para tal empreendimento" (Marcassa; Pessoa, 2024, p. 25).

Referências

A ASSOCIAÇÃO. **Jeduca**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: https://jeduca.org.br/a-associacao. Acesso em: 18 abr. 2025.

ARAUJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. Redes políticas na educação brasileira: o caso da Base Nacional Comum Curricular. **Arquivos analíticos de Políticas Educativas**, [*s. l.*], v. 31, n. 122, p. 1-24, 2023.

AVANCINI, Marta. Entenda a disputa em torno do PL 5.230/23, que modifica a política de ensino médio no país. **Jeduca**, São Paulo, [c2023]. Disponível em: https://jeduca.org.br/noticia/entenda-a-disputa-em-torno-do-pl-523023-que-modifica-a-politica-de-ensino-medio-no-pais. Acesso em: 31 dez. 2023.

BRITTO, Marco. **Educação midiática, jornalismo na escola e o desafio da avaliação**. 2025. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

[11] A expressão 'golpe branco' é utilizada para descrever a tomada do poder ou a destituição de um governo legítimo sem o uso de força militar explícita, através de meios institucionais ou constitucionais, a partir de interpretações enviesadas da lei e de processos de impeachment. Foi o que aconteceu com a presidenta Dilma Rousseff em 2016, vítima de um golpe jurídico-parlamentar-midiático ou ainda um golpe de Estado pseudole-gal (Löwy, 2026).

CAMPONEZ, Carlos; FERREIRA, Gil Baptista. 50 anos de estudos sobre o agendamento: caminhos de uma teoria dos media. **Mediapolis**, [Coimbra], n. 10, p. 5-9, 4 jun. 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_10_0/6513. Acesso em: 18 abr. 2025.

CANABRAVA, Bruna Werneck; TEIXEIRA, Carlos Sávio G. O 'sonho grande' de Lemann e o desprestígio da universidade e ciência brasileiras. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-96, jan./jun. 2017.

CARMO, Daniela. Professores inquiridos em estudo são menos felizes do que os alunos. **Público**, Lisboa, 21 nov. 2023. Disponível em: https://www.publico.pt/2023/11/21/sociedade/noticia/professores-inquiridos-estudo-sao-menos-felizes-alunos-2070892&trackingId=%7Bkpdx%7DAAAAmIKKG7zyXAoKWk5YZEtlUk5wZRIQbGhlMnRjYnVobjRicjF5dBoMRVhOU1lKWlBaMEhCIiUxODIwMTY4MGMwLTAwMDAzMXZyYjdhaHVpMXRxYmhwMTVs-dXU4KhJydW5Kc1BLTkxBUjJVTlI3NjhSEnYtXQDwGGNjeTYyaGdkbnVaDDY2LjIoOS43NS44NGIDbWJiaP366KIGcAF4CA. Acesso em: 20 maio 2025.

DANTAS, Jéferson Silveira; SANTOS, Jeana Laura da Cunha. A memória social em dispu-ta: os discursos empresariais jornalísticos em tempos de contrarreformas. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 15-26, jan./jun. 2018.

DANTAS, Jéferson Silveira. A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o 'agro' de olho no material escolar. **Além dos Muros da Universidade [Alemur]**, Ouro Preto, v. 7, n. 2, p. 31-47, 2022a.

DANTAS, Jéferson Silveira.; PEREIRA, Thalia Gonçalves. Novo Ensino Médio de Santa Catarina: organização curricular, implicações e sentidos formativos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 290-319, 2022b. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22315/15116. Acesso em: 20 maio 2025.

DANTAS, Jéferson Silveira. A contrarreforma do Ensino Médio no Brasil e as implicações da BNCC para a área das Ciências Humanas na perspectiva do jornal Folha de S. Paulo (2016-2018). *In:* SHIROMA, Eneida Oto; DANTAS, Jéferson Silveira; SOUZA, Rodrigo Die-go de. **Crise do capital, conservadorismo e contrarreformas na educação brasileira (2016-2022)**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p. 82-124.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empre-sariais Lemann e sócios. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, ago. 2021.

FIGUEIREDO, Elói. Faz sentido continuarmos com o ensino 'secundário'? **Público**, Lis-boa, 11 nov. 2024. Disponível em: https://www.publico.pt/2024/11/11/opiniao/opiniao/fara-sentido-continuarmos-ensino-secundario-2111193. Acesso em: 20 maio 2025.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o marxismo**, [Niterói], v. 8, n. 14, p. 15-35, jan./jun. 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalis-mo. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOEVELER, Rejane C. C. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [Marília], n. 5, p. 145-59, ago./dez. 2019.

LÖWY, Michael. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 17 maio 2016. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/. Acesso em: 17 maio 2026.

MAGALHÃES, Ramon Mendes da Costa. O Instituto Ayrton Senna e as competências socioemocionais em tempos da pandemia de Covid-19. *In:* LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Parna-íba: Ed. Terra Sem Amos, 2020. p. 63-74.

MARCASSA, Luciana Pedrosa; PESSOA, Felipe de Marco. Escola, sociedade civil e apare-lhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação. **Percursos**, Florianópolis, v. 25, e0204, 2024. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24708/17076. Acesso em: 20 maio 2025.

MARI, Cezar Luiz de. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e he-gemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. *In:* LEITE, Domingos (org.). **Trabalho e formação humana**: o papel dos intelectuais e da educação. Curitiba: UFTPR, 2011. p. 65-84.

MEC homologa diretrizes do CNE para Ensino Médio: entenda as mudanças. **Jeduca**, São Paulo, 14 nov. 2024. Disponível em: https://jeduca.org.br/noticia/mec-homologa-diretrizes-do-cne-para-ensino-medio-entenda-as-mudancas. Acesso em: 29 maio 2025.

MEDEIROS, Fábia. "Enxugamento" das redações colabora para a ausência de cobertura eleitoral no interior. **Jeduca**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: https://jeduca.org.br/noticia/enxugamento-das-redacoes-colabora-para-a-ausencia-de-cobertura-eleitoral-no-interior. Acesso em: 20 maio 2025.

MELO, Maria Benedita. Portugal e; a narrativa sobre o ensino secundário no periódico Público, de Portugal. [Entrevista concedida a] Jéferson Silveira Dantas. **Instituto de Educação da Universidade de Lisboa**, Lisboa, 18 mar. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MOREIRA, Cristiane Faria. O que é o sucesso escolar? **Público**, Lisboa, 10 abr. 2025a. Disponível em: http://publico.pt/2025/04/10/newsletter/educacao. Acesso em: 20 maio 2025.

MOREIRA, Cristiane Faria. Há apenas 23 associações de estudantes do básico e do secundário reconhecidas. PS quer simplificar a sua criação. **Público**, Lisboa, 9 mar. 2025b. Disponível em: https://www.publico.pt/2025/03/09/sociedade/noticia/ha-apenas-23-associacoes-estudantes-escolas-basico-secundario-reconhecidas-ps-quer-simplificar-constituicao-2125279. Acesso em: 20 maio 2025.

MOREIRA, Cristiane Faria. Estudo: metade dos professores sentem-se tristes e com mal-estar psicológico. **Público**, Lisboa, 9 dez. 2024. Disponível em: https://www.publico.pt/2024/12/09/sociedade/noticia/estudo-metade-professores-sentemse-tristes-malestar-psicologico-2114867. Acesso em: 20 maio 2025.

NEVES, Sofia. Mal pagos, precários, esgotados e pressionados. O retrato dos jornalistas em Portugal. **Público**, Lisboa, 13 mar. 2024. Disponível em: https://www.publico.pt/2024/03/13/sociedade/noticia/mal-pagos-precarios-esgotados-pressionados-retrato-jornalistas-portugal-2083344. Acesso em: 17 abr. 2025.

O PÚBLICO é o jornal com mais assinaturas digitais e foi o diário mais lido em 2024. **Público**, Lisboa, 28 abr. 2025. Disponível em: https://www.publico.pt/2025/02/28/sociedade/noticia/publico-jornal-assinaturas-digitais-diario-lido-2024-2124301. Acesso em: 14 maio 2025.

O QUE FAZEMOS. **Jeduca**, São Paulo, [c2023]. Disponível em: https://jeduca.org.br/a-associacao. Acesso em: 29 dez. 2023.

RODRIGUES, Amanda. A Fundação Roberto Marinho e a crise sanitária: pavimentando o caminho para a expansão do ensino remoto nas escolas públicas. *In:* LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Parnaíba: Ed. Terra Sem Amos, 2020. p. 55-62.

SANTOS, Íris; CARVALHO, Luis Miguel; MELO, Benedita Portugal. The medias role in shaping the public opinion on education: a thematic and frame analysis of externalisa-tion to world situations in the Portuguese media. **Research in Comparative & Interna-tional Education**, [*S. l.*], p. 1-22, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357777844_The_media's_role_in_shaping_the_public_opinion_on_education_A_thematic_and_frame_analysis_of_externalisation_to_world_situations_in_the_Portuguese_media. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, Mariléia Maria et al. Formação da classe trabalhadora em tempos de pandemia e crise do capital: a agenda dos aparelhos privados de hegemonia. **Trabalho, Educação e Saúde**, [Rio de Janeiro], v. 19, e00322154, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/6KwwzCdYyw9fHRxrYfHwxst/?lang=pt. Acesso em: 20 maio 2025.

SIQUEIRA, Isabella. Relatório da OCDE traça panorama do letramento financeiro entre adolescentes. **Jeduca**, São Paulo, [c2025]. Disponível em: https://jeduca.org.br/noticia/relatorio-da-ocde-traca-panorama-do-letramento-financeiro-entre-adolescentes. Acesso em: 29 maio 2025.

SIQUEIRA, Pedro Henrique Dias. A Fundação Lemann: uma análise sobre sua atuação na pandemia de Covid-19. *In*: LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Parnaíba: Ed. Terra Sem Amos, 2020. p. 97-106.

SOUZA, Lucas Lima. **Jornalismo em educação**: análise da cobertura do FUNDEB pelo jornal Folha de S. Paulo. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

VERISSIMO, Luis Fernando. [Contracapa]. *In*: GOMES, Luiz Marcos. **Os homens do presidente**: banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais. São Paulo: Viramundo, 2000.

YAHYA, Hanna. "Estadão" e "Folha" puxam alta na circulação de jornais impressos. **Poder 360**, Brasília, DF, 24 fev. 2025. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-midia/estadao-e-folha-puxam-alta-na-circulacao-de-jornais-impressos/. Acesso em: 14 maio 2025.

[i] Artigo recebido em 18/08/2025
Artigo aprovado em 07/07/2026

Seção: Artigos Demanda Contínua.

Editora-Chefe: Profa. Dra. Renata Rogowski Pozzo (UDESC).